

HABEAS CORPUS Nº 514.687 - RS (2019/0164997-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : AURY CELSO LIMA LOPES JUNIOR E OUTROS
ADVOGADOS : AURY CELSO LIMA LOPES JÚNIOR - RS031549
VIRGINIA PACHECO LESSA - RS057401
VITOR PACZEK MACHADO - RS097603
ANTÔNIO BRUM BROSSARD DE SOUZA PINTO - RS110857
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : LUCIDIO SCHAUN PINHEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCIDIO SCHAUN PINHEIRO contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região nos autos da Correição Parcial n.º 5011352-51.2019.4.04.0000/RS.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado pelo Ministério Público Federal pela suposta prática dos ilícitos tipificados no art. 333, *caput* e parágrafo único, do Código Penal; no art. 2.º da Lei n.º 8.176/1991; e no art. 55 da Lei n.º 9.605/1998, em virtude da deflagração da Operação *Concutare* pela Polícia Federal do Rio Grande do Sul.

O Juízo singular recebeu a exordial acusatória, **rejeitando-a no que diz respeito ao delito de corrupção ativa** (fl. 3.738).

Após a instrução do feito, tendo *Parquet* federal deixado transcorrer *in albis* o seu prazo para a apresentação das alegações finais, o Juízo singular intimou a Defesa para a apresentação das suas razões (fl. 59).

Em 02/04/2018, ante a juntada de alguns documentos pela Polícia Federal, foi dada nova vista dos autos às partes para ratificação/retificação dos memoriais. O prazo transcorreu, mais uma vez, sem manifestação do Ministério Público (fl. 3.813).

Em junho de 2018, o feito foi concluso para sentença, sendo convertido em diligência, em fevereiro de 2019, a fim de que a Defesa de corréu apresentasse memoriais, pois o arquivo com a peça original estava ilegível. De forma tempestiva, foi apresentada peça apta e foram juntados **novos documento, em relação aos quais foi**

aberta vista ao Parquet (fl. 3.813).

Nessa oportunidade, o Ministério Público apresentou as alegações finais, reiterando a imputação, ao ora Paciente, dos ilícitos originalmente consignados na denúncia, quais sejam: art. 333, *caput* e parágrafo único, do Código Penal; no art. 2.º da Lei n.º 8.176/1991 e no art. 55 da Lei n.º 9.605/1998 (fls. 3.737-3.810).

Como o Parquet "não se manifestou especificamente acerca dos documentos juntados pela defesa no e. 1.279", o Juízo singular **não conheceu dos memoriais, em razão da intempestividade de sua apresentação** (fls. 3.812-3.814).

Inconformado, o Ministério Público Federal manejou **correição parcial** contra a decisão judicial de primeiro grau no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, que a proveu, afastando o desentranhamento das alegações finais determinado pelo Juízo corrigido e reabrindo o prazo para a Defesa se manifestar, ratificando ou produzindo novos memoriais, em acórdão assim ementado (fl. 3.877):

"CORREIÇÃO PARCIAL. INTEMPESTIVIDADE DAS ALEGAÇÕES FINAIS APRESENTADAS PELO PARQUET. MERA IRREGULARIDADE. DESENTRANHAMENTO. DESCABIMENTO.

1. Segundo o art. 164, *caput*, do Regimento Interno desta Corte, a correição parcial visa à emenda de erros ou abusos que importem a inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, a paralisação injustificada dos feitos ou a dilação abusiva dos prazos por parte dos Juízes de Primeiro Grau, quando, para o caso, não haja recurso previsto em lei.

2. Não obstante a intempestividade das alegações finais do Parquet, não se verifica, *in casu*, qualquer prejuízo ao contraditório e à ampla defesa que justifique a invalidade do feito ou o desentranhamento da peça.

3. Correição parcial provida."

Neste *writ*, a Parte Impetrante alega, em suma, que o acórdão impugnado impõe constrangimento ilegal ao Paciente, consubstanciado no cerceamento de defesa, na medida em que:

(i) "houve interposição de correição parcial pelo MPF perante a 8.ª Turma do TRF4, que julgou o pedido procedente, sem que houvesse defesa no processo; e que isso teria ocorrido em 03 momentos:

"1) Quando do recebimento da correição parcial pelo tribunal, a defesa não foi intimada para apresentar contrarrazões;

2) Ainda, não houve intimação da defesa para que essa pudesse se fazer presente na sessão que julgou a correição parcial;

3) Por fim, não houve intimação da defesa quanto ao resultado do julgamento, impedindo que esta interpusse recurso."

(ii) cassou a decisão de primeiro grau que determinou o não recebimento e desentranhamento dos memoriais ministeriais, pois "*denota-se evidente má-fé: houve escolha explícita do Parquet em apresentar memoriais após as defesas, não ficando justificado um atraso de mais de 1 ano em virtude da distribuição do caso a outro procurador - lembrando que o Ministério Público é órgão uno, portanto, indivisível*" (fl. 12; grifos conforme original). O "*prejuízo à ampla defesa e ao contraditório*" gera nulidade do processo e esta, segundo afirma, "*não fica sanada pelo mero requerimento de que os réus fossem novamente intimados para oferecerem novos memoriais ou ratificarem os já apresentados, pois o que a configura não é o fato de a defesa apresentar seus memoriais antes da acusação, mas sim, o fato de a acusação apresentar seus memoriais depois de já apresentados os das defesas, tendo acesso a todas as teses dos 9 réus quando da feitura de sua peça final*" (fl. 13).

Requer, **em medida liminar**, a **suspensão da ação penal n.º 5090946-33.2014.4.04.7100**, que tramita na 7.ª Vara Federal de Porto Alegre, até o julgamento de mérito deste writ, tendo em vista que os autos estão conclusos para sentença.

No mérito, pugna pela decretação da **nulidade do acórdão proferido pela 8.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, restabelecendo-se a decisão de primeiro grau; **ou**, em caso de não conhecimento do *habeas corpus*, seja **concedida a ordem, de ofício**, em virtude das nulidades apontadas; **ou**, ante o princípio da fungibilidade, do direito líquido e certo e do respeito ao prazo de 120 dias, **seja admitido como mandado de segurança**.

Existe pedido de intimação para sustentação oral e de oferecimento de memoriais regimentais (fl. 14).

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária, **observe que**, em relação à **alegação de que a Defesa do Paciente teria sido cerceada, em razão de não ter sido intimada do ajuizamento da Correição Parcial** pelo Ministério Público Federal no Tribunal

Regional Federal da 4.^a Região, **não constam, nos autos, elementos esclarecedores suficientes acerca desse episódio.**

Assim, sem que sejam prestados esclarecimentos pormenorizados pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região acerca da realização ou não da intimação da Defesa para o julgamento da citada Correição Parcial, não há como se avaliar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Quanto ao argumento de que a apresentação intempestiva das alegações finais pelo *Parquet* teria trazido prejuízo à Defesa, o que configuraria nulidade, destaque, *prima facie*, entendimento firmado nesta Corte, no sentido de que a "*apresentação intempestiva das alegações finais pelo Ministério Público configura mera irregularidade, pois o prazo especificado no Código de Processo Penal é impróprio*" (HC 123.544/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 03/08/2009).

Ademais, de acordo com o "*entendimento pacífico desta Corte Superior, a vigência no campo das nulidades do princípio pas de nullité sans grief impõe a manutenção do ato impugnado que, embora praticado em desacordo com a formalidade legal, atinge a sua finalidade, restando à parte demonstrar a ocorrência de efetivo prejuízo, o que não ocorreu no presente caso*" (AgRg no HC 448.073/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 04/06/2019; sem grifos no original).

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se, **com urgência**, informações pormenorizadas ao Juízo singular e ao Tribunal de origem relacionadas ao caso em concreto – sobretudo acerca da eventual ausência de intimação da Defesa acerca do julgamento da Correição Parcial em comento –, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

